

Programa 5

5.2. Respeito às tradições

Povos Timbira querem formar sociedade autêntica, educada por professores de suas comunidades

Creuza Prunkwyj Krakô é professora de escola indígena da aldeia Krahô, no Tocantins. Sua filha mais velha, Letícia, estuda na Escola Timbira do Centro de Ensino e Pesquisa Pinxyj Himpèjxà, em Carolina (Maranhão). Creuza, que nunca estudou com professores de outras etnias, foi alfabetizada pelo marido, Sabino Koyame, que também aprendeu a ler e a escrever com os professores da aldeia. Ambos lecionam para cerca de 30 alunos dos dois primeiros ciclos da escola, que faz parte de um projeto de ensino desenvolvido especificamente para os povos Timbira, respeitadas suas tradições, cultura e língua

Os professores indígenas formados pelo Centro de Ensino e Pesquisa de Carolina fazem, posteriormente, o curso de formação da Gerência de Desenvolvimento Humano do Maranhão. Já se formaram 146 professores de nível médio, de acordo com proposta de magistério indígena aprovada pelo Conselho Estadual de Educação.

O estabelecimento de uma proposta curricular diferenciada, que respeite a cultura e tradição dos índios, é um dos grandes desafios da Educação Indígena no Brasil, assim como a formação de professores como Creuza e Sabino, perfeitamente identificados com suas comunidades e habilitados para passar à frente seus conhecimentos.

Etnia: De acordo com o Centro de Ensino e Pesquisa de Carolina, os Timbira são, hoje, cerca de oito mil índios, em seis povos espalhados pelo Maranhão e Tocantins, entre os quais os Krahô. Em terras indígenas, contam com 38 escolas, que fazem parte do modelo proposto pelo Centro Timbira, vinculado à associação Vyty-Cati dos Povos Timbira do Maranhão e do Tocantins.

Letícia Jonkàkwy, filha de Creuza e Sabino, representa a terceira geração formada pelo programa de Educação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), organização não-governamental que há 20 anos atua entre os Timbira. A experiência inovadora desenvolvida pelo Centro de Carolina, no qual estudam 60 jovens indicados por professores que atuam nas aldeias, é considerada modelo.

Legalização

A proposta curricular definida pela Escola Timbira, que leva em consideração o universo cultural indígena, foi encaminhada à Gerência de Desenvolvimento Humano do Maranhão e aguarda aprovação pelo Conselho Estadual de Educação. O procedimento é estabelecido em lei. De acordo com a supervisora de Educação Escolar Indígena da Secretaria, Kátia Núbia Ferreira Correa, não há prazo definido para a emissão do parecer.

O antropólogo Luís Augusto Nascimento, que integra a equipe do CTI em Carolina, explica que a proposta curricular é elaborada com a participação de técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai), de educadores do CTI e, especialmente, da comissão de professores Timbira, essa última a principal articuladora da política educacional para o seu povo. A comissão atua ainda na Comissão Nacional de Professores Indígenas no Ministério da Educação e no Conselho de Educação Indígena do Tocantins, com um representante em cada entidade.

Críticos e conscientes

"Meus alunos são crianças mehin (índios) e estão aprendendo leitura de brancos, mas sabem cantar nossos cantos, sabem da festa do ritual e todas as coisas que a gente faz aqui na aldeia $\frac{3}{4}$ tecer esteira, mocó de palha, fazer uma caçada e pescar", afirma Creuza.

Essa é a linha da política de Educação Escolar Indígena do MEC, explica Kleber Gesteira, coordenador-geral de Educação Escolar Indígena do Ministério. Ele esclarece que a proposta é respeitar e apoiar o magistério indígena, que deve ter autonomia para definir o próprio processo educacional, como determina a Constituição. Para isso, os diversos povos contam com a assessoria técnica do Ministério da Educação. As secretarias estaduais exercem o papel institucional de normatizar os projetos pedagógicos.

A proposta formulada pelo Centro Timbira prevê a formação de índios com visão crítica e melhor conhecimento do que ocorre ao seu redor, sem perder as raízes da própria cultura

Desafios

"Esses índios serão os futuros professores de suas comunidades" - explicita Kleber Gesteira. "São pessoas de formação complexa porque são lideranças, mas não devem entrar em conflito com as lideranças tradicionais. Devem ter capacidade de pesquisa e ser gerenciadores de conflitos."

Segundo o antropólogo Augusto Nascimento, a Escola Timbira propõe que os índios dominem a Língua Portuguesa para compreender documentos e para entender a discussão política, os projetos de desenvolvimento, o sistema monetário e as técnicas de comunicação e, ao mesmo tempo, aprofundar os estudos de suas próprias tradições.

Assim, estudam Matemática elementar, voltada para questões funcionais, compreensão de textos, geografia regional, história dos povos indígenas e os segredos das ervas medicinais. O currículo também respeita o calendário de rituais indígenas, como os períodos de festas, caças e outros eventos tradicionais.

Entre a aldeia e a cidade

De acordo com a proposta do Centro de Ensino e Pesquisa de Carolina, os dois primeiros ciclos do ensino regular indígena, equivalentes à primeira parte da Educação Fundamental, são ministrados nas aldeias. Em Carolina, os alunos cumprem os dois ciclos mais avançados. Mas alguns ainda procuram fazer o antigo ginásio nas cidades mais próximas. Isso implica aprendizado deficiente, repetência e evasão, em função da inadequação do modelo à realidade indígena.

Atualmente, 60 jovens, considerados adiantados e indicados pelos professores das aldeias, participam da fase mais avançada do Ensino Fundamental na Escola de Carolina. Lá o estudante desenvolve o curso de forma modular. Participa de atividades alternadamente na cidade, durante um mês, e na aldeia, nos três meses seguintes. Nas chamadas aulas presenciais, em Carolina, são realizadas atividades como elaboração de mapas, redação, leitura de documentos importantes para os Timbira, visitas monitoradas, passeios recreativos e estudo dos rituais.

Aulas presenciais

Nos três meses seguintes, o aluno volta para a aldeia, onde participa de atividades interdisciplinares e faz pesquisas previamente determinadas - as aulas não-presenciais. Uma equipe de antropólogos, matemáticos e historiadores circula pela aldeias para orientar o aluno nas pesquisas. São desenvolvidos temas como meio ambiente, relação com os brancos, relação entre sociedade e a natureza e qualidade de vida.

São 250 horas de aula em Carolina e 750 nas aldeias, a cada etapa de aprendizagem. Em um ano, o estudante deve cumprir três etapas. Para a conclusão do Ensino Fundamental, devem ser cumpridas 7,2 mil horas. A equipe do CTI, integrada por professores indígenas, educadores e antropólogo, entende que, no futuro, com a evolução do preparo dos professores, essas etapas serão cumpridas nas próprias aldeias.

O Centro de Trabalho Indigenista conta com financiamento da instituição norueguesa Rain Forest. Sua participação no orçamento do Centro de Ensino e Pesquisa Timbira é de aproximadamente 40% do total. O Estado entra com 50% para alimentação e fornecimento de material para as escolas. A Funai, com os 10% restantes para transporte dos estudantes. O MEC contribui com material didático, elaborado no idioma indígena coerente com o seu universo cultural.

SALTO PARA O FUTURO / TV ESCOLA

WWW.TVEBRASIL.COM.BR/SALTO